

18º REDOR

24 a 27 de Novembro
2014

Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife - PE
Tema: Perspectivas Feministas de Gênero:
Desafios no Campo da Militância e das Práticas



Venturas e Desventuras na busca da Previdência Social: sentimentos e percursos trilhados pelas mulheres Trabalhadoras Rurais da Comunidade Bom Jesus – Assentamento Maceió – Itapipoca –CE¹.

Kélia da Silva Aires²

Gema Galgani Silveira Leite Esmeraldo³

Debir Soares Gomes⁴

Natalia Ribeiro de Sousa⁵

Andrea Machado Camurça⁶

RESUMO

O presente artigo configura-se como um recorte de uma pesquisa avaliativa concluída no ano de 2013 que objetivou investigar o acesso das mulheres trabalhadoras rurais da Comunidade Bom Jesus, Assentamento Maceió, Itapipoca – Ce à Política Pública de Previdência Social. O estudo tem enfoque qualitativo e a investigação se procedeu por meio de um estudo de caso que investigou os fatores limitantes desse acesso. São sujeitos da pesquisa avaliativa os trabalhadores rurais (homens e mulheres) da referida comunidade, servidores do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) lotados na agência do município de Itapipoca e integrantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itapipoca. Para a pesquisa de campo foram utilizados como técnicas e instrumentos para a coleta dos dados observações, observação participante, conversas informais, anotações em diário de campo e entrevistas semiestruturadas realizadas com os sujeitos envolvidos, além de registros fotográficos e audiovisuais. No presente artigo será dado enfoque a um dos temas desenvolvidos no estudo que se relaciona as “Venturas e Desventuras na busca da Previdência Social” no qual se resgata relatos de situações vividas pelas trabalhadoras rurais na busca pelos direitos previdenciários, os diversos sentimentos vivenciados, os percursos trilhados para a efetivação dos direitos, os entraves, e as exigências. Como resultados evidencia-se o encontro de entraves e situações inesperadas, tais como o desconhecimento das exigências e a inexistência de documentos comprobatórios do direito que acabam por restringir o acesso à referida política.

Palavras chave: Política Pública. Trabalhadora Rural. Previdência Social.

¹ Refere-se a um capítulo do trabalho de conclusão de mestrado em Avaliação de Políticas Públicas intitulado Avaliação da Política de Previdência Social na perspectiva do acesso das Trabalhadoras Rurais: Estudo de Caso da Comunidade Bom Jesus, Assentamento Maceió – Itapipoca-Ce.

² Graduada em Economia Doméstica – Universidade Federal do Ceará – keliaaires@yahoo.com.br

³ Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará - gemaesmeraldo@gmail.com

⁴ Graduada em Economia Doméstica - Universidade Federal do Ceará - debirgomes@yahoo.com.br

⁵ Graduada em Engenharia Agrônoma - Universidade Federal do Ceará - natyeducampo15@yahoo.com.br

⁶ Graduada em Economia Doméstica - Universidade Federal do Ceará - andreamcufc@gmail.com

18º REDOR
24 a 27 de Novembro
2014

Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife - PE
Tema: Perspectivas Feministas de Gênero:
Desafios no Campo da Militância e das Práticas



1. INTRODUÇÃO

A política de Previdência Social se apresenta como uma das maiores políticas públicas no Brasil e em diversos países do mundo. Sua grandeza se expressa não somente pela abrangência e cobertura, mas se revela de modo ainda mais significativo na garantia de condições mínimas de sobrevivência àqueles que dela necessitam para a garantia do mínimo existencial, expressando-se no Brasil e especialmente no Nordeste como responsável pela dinamização de economias e geração de renda a milhões de brasileiros. No Brasil, diversos estudos apontam que é no meio rural, e especialmente na vida dos trabalhadores rurais, que essa importância se expressa de forma bastante veemente, sendo a política de Previdência Social a principal fonte de renda fixa entre as famílias que desenvolvem atividades laborativas no campo e que em sua maioria não dispõem de outra renda fixa, além daquela auferida com o seu trabalho.

Assim, a política de Previdência Social foi construída ao longo dos anos a partir das diversas lutas sociais travadas pela busca de direitos, dentre eles o direito a Previdência. Dá-se destaque as lutas travadas pelos movimentos sociais do campo que historicamente foram excluídos desta e de outras políticas públicas e que precisaram travar intensos embates com o estado brasileiro para a conquista, ampliação e efetivação dos direitos sociais.

Dentre os sujeitos historicamente invisibilizados pela Previdência estão às mulheres trabalhadoras rurais que por longos anos não tiveram quaisquer direitos previdenciários enquanto trabalhadoras rurais, sendo a elas apenas reconhecido o direito de dependente de seus cônjuges homens trabalhadores rurais. Assim, são as mulheres trabalhadoras rurais os sujeitos sociais que tiveram que travar intensas lutas na busca pela ampliação dos direitos previdenciários.

Diante do exposto, neste artigo serão resgatados relatos obtidos a partir de entrevistas com 10 (dez) trabalhadores rurais (oito mulheres e dois homens) de situações vividas durante o processo de busca pelos direitos previdenciários, os diversos sentimentos vivenciados, os percursos trilhados para a efetivação dos

18º REDOR
24 a 27 de Novembro
2014

Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife - PE
Tema: Perspectivas Feministas de Gênero:
Desafios no Campo da Militância e das Práticas



2. METODOLOGIA

Para a realização da avaliação da política de Previdência Social na perspectiva do acesso das trabalhadoras rurais foram sujeitos da pesquisa 10 (dez) Segurados Especiais Trabalhadores Rurais – 8 (oito) mulheres e (dois) homens da Comunidade Bom Jesus do Assentamento Maceió-, 4 (quatro) Servidores do INSS lotados na agência do no município de Itapipoca, e 2 (dois) integrantes do Sindicato de Trabalhadores Rurais da localidade.

A pesquisa de campo ocorreu de julho de 2012 a maio de 2013 sendo definidos como instrumentos e técnicas para coleta dos dados primários na pesquisa de campo junto aos sujeitos inseridos na Comunidade Bom Jesus, a observação participante, conversas informais, entrevistas semiestruturadas, notas de campo e registros audiovisuais (fotografia e gravações). Para realização da pesquisa de campo junto aos servidores do INSS e dos representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais foram utilizados como instrumentos a observação, a realização de entrevistas semiestruturadas, anotações do diário de campo, e os registros audiovisuais.

Para a coleta dos dados secundários foi realizado amplo estudo da legislação previdenciária vigente, além da busca por dados oficiais constantes na própria legislação e em arquivos disponíveis em rede virtual.

Para fins de identificação das entrevistas e visando manter o sigilo da identidade dos sujeitos participantes da pesquisa estes foram identificados pela inicial do grupo a que pertencem. Sendo identificados como pertencentes ao grupo “T” os(as) trabalhadores(as) rurais, grupo “I” os servidores do INSS e grupo “S” os representantes do sindicato. Além da letra inicial será acrescentada a ordem numérica que no grupo dos(as) trabalhadores(as) rurais os classificará cada um compreendidos do T1 ao T10, no grupo dos servidores do INSS do I1 ao I4 e no grupo dos representantes do sindicato S1 e S2.



3.1 Percursos e Documentação

Neste item os(as) entrevistados(as) foram indagados sobre como se deu a busca pela Previdência Social, sendo especificado em seus relatos os percursos trilhados, os documentos solicitados e as dificuldades encontradas.

[...]pra se aposentar foi mais fácil, passei no INSS, passei no sindicato, aí eles também, faz tipo uma entrevista, aí não sei porque que demorou quase dois meses no INSS, eu passei por uma entrevista lá, tudo que eu falei aí a moça disse que ainda precisava de duas testemunha pra testemunhar mermo se eu era agricultora[...] (T1, Mulher, 55 anos)

É importante destacar que a conduta de solicitação de depoimento de testemunhas a serem agregadas no processo está prevista na Instrução Normativa do INSS de nº45.

A fala da trabalhadora T1 remete a concessão da aposentadoria por idade quando completou 55 anos, no entanto a entrevista com a trabalhadora revelou que esta já havia buscado a Previdência Social antes da solicitação de aposentadoria. O caso da trabalhadora revela que esta adoeceu três anos antes de implementar as condições para aposentadoria, período em que buscou o INSS para requerer o benefício do auxílio doença. A trabalhadora lembra que ficou incapacitada para o trabalho devido a uma osteoporose diagnosticada através de exames médicos, doença que lhe causava muitas dores e que, mesmo assim não conseguiu acessar o auxílio doença. A agricultora acrescenta ainda que durante a última perícia médica a qual foi submetida conforme o médico perito não seria concedido o benefício visto que a mesma não estava com nenhum membro quebrado, orientando a trabalhadora que aguardasse os três anos que lhe faltavam para a implementação das condições exigidas para a aposentadoria.

[...]ele disse que só tinha, só tirava benefício se tivesse quebrado, fraturado, aí a última vez que eu encaminhei né, aí ele disse, ah, ta perto de você se aposentar e se tivesse quebrado você podia receber, mas num ta quebrado[...] (T1, Mulher, 55 anos)



Assim, conforme os relatos da trabalhadora, esta permaneceu, durante três anos, incapacitada para o trabalho e sem acesso ao benefício de auxílio doença até que se aposentou aos 55 anos.

A situação exposta nos leva a mensurar o prejuízo sofrido pela trabalhadora que permaneceu por três anos incapacitada para o trabalho e sem qualquer cobertura pela política de Previdência. A fala também revela a decepção e a dificuldade financeira pela qual a trabalhadora passou juntamente com sua família e demonstra claramente que essa espera foi permeada por sentimento de indignação e esperança. Apesar do relato aqui evidenciado, nos casos onde foram citadas negativas médicas para a concessão dos benefícios, não foi possível oferecer a esses profissionais o contraditório acerca dos relatos aqui trazidos. Assim, fica exposta apenas a percepção dos segurados atendidos por estes profissionais.

Quando questionados acerca dos documentos solicitados pelo INSS para a concessão dos benefícios não houve qualquer relato por parte dos(as) trabalhadores(as) rurais no que se refere a exigências de documentos que não constassem na lista de documentos previstas na legislação. No entanto, muitos foram os relatos de necessidade de apresentar documentos que os(as) trabalhadores(as) não possuíam ou que não tinham sido orientados pelo sindicato para que fossem apresentados ao INSS o que gerou em diversos casos a necessidade de o(a) trabalhador(a) se deslocar mais de uma vez até a agência do INSS.

[...]eu levei tudo, carteira do ministério do trabalho, CPF, identidade, título, fora o papel que vem que o presidente do sindicato que tem que levar pra na hora mostrar e os comprovantes[...]eu encaminhei (salário maternidade) dessa menina mais nova, que eu já tinha mais de 10 meses de sindicato, fiz tudo direito eles mandaram eu bater a xerox da declaração do presidente[...]eu fiz tudo[...]no dia da entrevista me disseram que eu sou sócia tinha lá dizendo, mandaram os papeis pra mim pra mim receber meu documento, eu fui só que o pessoal dizem que lá eles sabem na hora se o benefício vem negado ai eu perguntei, quem fez comigo foi um homem, lá no INSS, disse que não dava pra saber, mas só que algo me dizia que vinha negado e eu lembro de ter feito todas as questões que eles me perguntaram porque me repetiram várias vezes a mesma coisa e eu já tava preparada porque todo mundo que fazia essas entrevistas me dizia como era, repete várias vezes que é pra vê se você se atrapalha pra qualquer coisa já vir negado mesmo. (T6, Mulher, 26 anos)



O caso da trabalhadora T6 conforme seu relato se deu quando esta buscava acessar o benefício do salário maternidade. Conforme a trabalhadora mesmo tendo atendido a todos os requisitos exigidos para o acesso ao benefício o teve negado. A mesma informa que não entende o porquê da negativa, pois já possuía mais tempo de filiação que o exigido para o benefício, que é de 10 meses, e tinha toda a documentação comprobatória da sua condição de trabalhadora rural segurada especial e mesmo assim teve o benefício negado. Ao ser questionada acerca de uma segunda tentativa ou de um recurso sobre a decisão, a mesma informou que não dispunha de recursos financeiros para buscar a justiça e acabou desistindo do direito.

É importante ressaltar que, aqueles que recebem a negativa de concessão dos benefícios do INSS, tem a opção de ingressar com um recurso administrativo junto à própria instituição.

O recurso é administrativo se for por causa de documentação e esse benefício for indeferido o segurado mesmo no prazo de 30 dias [...]pode dar entrada no processo e esse processo passa por uma análise novamente e faz mais um pedido do que precisa realmente do que está faltando, esse recurso depois de 45 dias o segurado tem o resultado ou favorável ou desfavorável. (11, Servidor INSS, 24 anos)

Comentando as negativas de benefícios trazemos a visão de Savaris quando faz a seguinte afirmação:

A impressão que se tem é a de que há um inaceitável mapa mental que apenas valida a imagem do trabalhador rural que desempenha suas atividades do modo mais rudimentar possível, por isso que judicialmente já se indeferiu benefício porque, por exemplo, a segurada não sabia precisar a marca da enxada que utilizava(SAVARIS, 2008, p.11).

É necessário aqui frisar que essas dificuldades e burocracias, que em muitos casos obrigam os trabalhadores doentes a fazer diversos deslocamentos para realização de perícias em hospitais e entrevistas no INSS, é apontado por estes trabalhadores como fator agravante de sua condição de saúde, visto que o deslocamento ocorre em condições precárias e geralmente aumentando o sofrimento daqueles que estão sentindo dores. Além disso, é recorrente nas falas



daqueles que enfrentaram tal situação o sentimento de desprestígio e até humilhação frente ao momento de dificuldade vivenciado.

3.2 Sentimentos Vivenciados

Os relatos a serem expostos apontam dentre outras, situações de tratamento inadequado por parte dos servidores do INSS para com os(as) trabalhadores(as) entrevistados(as) e os sentimentos que esse tratamento gerou. Além disso, as falas expõem diversas situações que perpassam pela busca dos direitos previdenciários pelos(as) entrevistados(as). Alguns relatos remetem a realização da entrevista com o(a) segurado(a) especial na instituição, outros apontam situações de negativas que geraram sentimento de revolta, indignação, insatisfação, decepção, medo, receio, e impotência ante a incapacidade para o trabalho e negativa de concessão do benefício.

É importante ressaltar que conforme as entrevistas feitas com os servidores do INSS a instituição prima pelo respeito e atendimento de excelência aos(as) seus(suas) segurados(as), no entanto os relatos dos(as) trabalhadores(as) e de alguns servidores demonstram que ainda existem pontos a serem aprimorados no que se refere ao atendimento prestado aos(às) segurados(as) especiais. Assim, aqui serão expressas apenas as situações que não se adéquam ao atendimento de qualidade pelo qual a instituição afirma primar, é preciso também deixar claro que dentre os entrevistados houve aqueles(as) que relataram ser bem recebidos e respeitosamente atendidos pela instituição.

[...]no primeiro dia eu me senti, que eu não sabia que tinha que levar todos os originais eu me senti muito triste porque não me avisaram e já vai naquela expectativa e volte outro dia, e agente já tá cansado de tanto ir e vir porque a gente não pode perder a radioterapia que quando perde ainda passa mais tempo, naquele processo a gente já anda na dificuldade que qualquer coisinha já tava provocando e enjoa e fica, tem vezes que a gente tá com diarreia, eu fiquei muito arrasada no dia que disseram não[...] eu fiquei meio nervosa, na primeira eu fiquei chateada já, eu fiquei meio fragilizada, comecei a chorar com raiva por causa dos documentos, como é que a gente tem as xérox e não tem o original, se foi eu que tirei as xérox é porque eu tenho o original, ora mais como é que eu vou ter uma ruma de xérox daquelas ali se eu não tinha o original, besteira é essa...](T3, Mulher, 52 anos)



A trabalhadora T3 como já foi exposto anteriormente, possui bastante esclarecimento de seus direitos e como militante do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais - MMTR também ajudou a muitas mulheres da comunidade a buscarem seus direitos. O relato de T3 sobre sua experiência não evidencia um tratamento inadequado ou desrespeitoso por parte do servidor que a atendeu, porém a fala da trabalhadora foi aqui destacada por expressar os diversos sentimentos que perpassam a busca pelos direitos desses trabalhadores e a fragilidade e o estado emocional que no qual a trabalhadora se encontrava devido a situação de doença que vivenciava.

[...]eles perguntando a gente dizendo, dizendo, dizendo, aí né, teve uma hora que ele (servidor do INSS) disse que a gente aguava as plantas com água do mar, que ele fazia como o pai dele né, que ele morou no interior[...]porque tem tempo que fica seco né, aí as plantinha vão murchando né, aí ele disse assim, não mas a gente agoa com água mar, ele disse desse jeito, eu disse assim, não água do mar é salgada não serve pra agoar planta, aí ele não mas eu mais o meu pai agoava assim. Ele botou umas contradição né, assim porque eu nunca ouvi falar que a gente agoasse alguma coisa com água do mar, planta que é salgada[...]eu acho que ele queria que eu concordasse com ele, acho que ele queria isso né, que eu concordasse com ele, ou era pra testar se eu era agricultora mesmo nera, se eu tava dizendo aquilo porque eu já tinha ido já diretamente dizer aquilo não. Eu acho que foi mermo foi pra me testar mermo, pra saber se eu tava dizendo alguma se eu tava falando alguma coisa concreta ou não[...]
(T4, Mulher, 25 anos)

[...]a primeira que eu tentei e veio negado ai eu desisti[...]realmente o motivo de decepcionar a gente é isso, gasta dinheiro pra ir pra lá, muitas vezes você vai pra rua sem levar nem um centavo é ruim demais, bate xerox de todos seus documentos, de declaração do INCRA, na hora você fazer tudo tá com a esperança pra receber, quando é na hora receber a notícia que não vai mais, veio negativo, a gente se desanima eu não chorei, mas a mulher do meu irmão, quando ela foi a primeira vez que deu negado ela ficou desesperada chorou demais, mas a gente fica decepcionada, mas são vários casos[...]
(T6, Mulher, 26 anos)

[...]eu comecei a trabalhar com treze ano no mar até agora e eu sinto é saudade porque eu num posso pescar (T7, Homem, 50 anos)

[...]eu tenho até vergonha porque eu num posso, tenho até as tarrafa aí, mas num posso mais pescar, mas tenho vontade que só de pescar (T8, Homem, 56 anos)

[...]eu tinha medo de o sindicato, no INSS também no, o que é que seja qualquer eu falar coisas que num fosse muito viável e chegar a me prejudicar, porque de qualquer maneira eles trabalham mesmo é pra ir

18º REDOR

24 a 27 de Novembro
2014

Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife - PE

Tema: Perspectivas Feministas de Gênero:

Desafios no Campo da Militância e das Práticas



contra a gente não é pra ajudar não, é mais pra, pra derrotar (T8, Homem, 56 anos)

As falas acima revelam a presença de sentimentos diversos dentre os quais destaca-se a decepção e desistência captada na fala de T6, a tristeza pela impossibilidade de trabalhar nas falas de T7 e T8, e o receio em relação ao momento da entrevista que aparece na fala de T8 e é recorrente na maioria dos entrevistados.

Em entrevista com o gestor local da agência do INSS no município de Itapipoca fora indagado acerca da existência de relatos de tratamentos desrespeitosos e inadequados que surgiram durante o atendimento aos segurados(a) trabalhadores(as) entrevistados(os) na pesquisa.

[...]a nossa gerencia toda semana tem uma reunião que é muito abordado esse tema também e nossa gerencia observa chama a atenção mesmo, os colegas ficam de olho nos colegas vizinhos “ Olha hoje você fez isso com o segurado”, tem todo um estoque disso e depende da formação de cada pessoa, mas não adianta ter cursos e não ter uma formação nesse sentido porque não vai lhe mudar, mas graças a Deus nessa agencia pra chegar nesse patamar a gente conversa com o trabalhador pra conseguir entender e não prejudicar ninguém[...] (I2, Servidor INSS, 60 anos)

O sindicato de trabalhadores rurais também se colocou acerca da questão em entrevista com um de seus representantes que foi indagado acerca de eventos que constroem o(a) trabalhador(a) durante a busca pela política de Previdência.

[...]quanto à dificuldade que se tem é que, aqui (no sindicato) o trabalhador fica muito à vontade, aqui ele fica à vontade, é uma das coisa que a gente fala, fica à vontade, a casa é sua, a casa é nossa, e tem diferença de ele ser entrevistado aqui, pra quando ele vai mediante um técnico da previdência social lá num balcão, ele fica tímido e muitas vez ele diz uma informação aqui e lá com um formato de pergunta, que eles são técnicos, ele consegue arrancar do trabalhador uma coisa que ele num disse aqui e nem e eles ficam tímido, trabalhador que num tem grau de instrução, que num tem um oportunidade, ele num tem grau de instrução, ele fica facilmente ele se perdem, ele só num gosta, o legítimo trabalhador, ele num gosta de mentir, mas eles se perdem na forma de como dá informação e muitas vez só basta isso, pra um técnico da previdência negar o benefício[...] (S1, Homem, Representante do Sindicato)



De acordo com S1 essa questão vem sendo amplamente discutida com o INSS, porém, apesar de ter diminuído consideravelmente a ocorrência dessas situações, ainda chega ao Sindicato situações que conforme relatos dos(as) trabalhadores(as) os colocam em situações de constrangimento e humilhação.

4. PARA FINALIZAR

Diante dos resultados obtidos com a referida pesquisa é possível empreender que a política de Previdência Social apesar das mudanças ocorridas nas últimas décadas, especialmente a partir do advento da Constituição Federal de 1988, ainda precisa continuar percorrendo um caminho de ampliações e reconhecimento de direitos. As contribuições dadas pelos entrevistados demonstram ainda a complexidade e subjetividade que compõem o acesso dos segurados especiais aos benefícios da Previdência, o que merece um contínuo debate sobre as regras e condições a que estes devem se submeter para o alcance de tais benefícios.

O estudo revelou ainda que dentre as dificuldades vivenciadas pelos trabalhadores(as) que buscaram algum benefício junto à Previdência o acesso à informação e o conhecimento sobre os direitos apresentava-se bastante precário, o que colocou tais trabalhadores(as) em situações de dificuldade para a obtenção do benefício solicitado. Assim, a falta de informação aparece como principal fator de entrave para a efetivação de seus direitos, principalmente no caso dos segurados especiais que precisam, ao longo de sua vida, se munir de documentos que comprovem o exercício da atividade laboral desempenhada. Nesse sentido, mais uma vez a figura do Sindicato de Trabalhadores Rurais aparece como sujeito indispensável para o acesso à Política de Previdência Social.

Diante do exposto pretende-se com esse artigo chamar a atenção para os sentimentos que permeiam a busca pela política de Previdência para também afirmar que esses sujeitos sociais, assim como as demais categorias de trabalhadores filiados à Previdência Social, merecem respeito e que, acima disso, está o reconhecimento de suas contribuições enquanto classe trabalhadora

18º REDOR

24 a 27 de Novembro
2014

Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife - PE

Tema: Perspectivas Feministas de Gênero:

Desafios no Campo da Militância e das Práticas



para a construção de uma sociedade que valorize seus trabalhadores sejam eles do campo ou da cidade.

Também pretende-se dar visibilidade a questões mais específicas da vida das mulheres que acabaram por enfrentar historicamente maiores dificuldades no que concerne a comprovação do exercício da atividade rural quando comparada aos homens agricultores. Tal visibilidade pretende ampliar a discussão não apenas dos direitos por elas conquistados, mas também das lutas que tiveram que travar para os obter e das dificuldades e sentimentos vivenciados ainda nos dias atuais no que se refere ao seu acesso à política de Previdência Social.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Alba M. P de. **Estado e Políticas Públicas: o desafio para a construção de uma cultura de direitos.** Texto exposição no Seminário Políticas Públicas para o Campo: Discursos e ações. 27 de fev de 2007. Fortaleza CE

BRASIL. Instrução Normativa INSS/PRES Nº 45, DE 06 DE AGOSTO DE 2010. **Dispõe sobre a administração de informações dos segurados, o reconhecimento, a manutenção e a revisão de direitos dos beneficiários da Previdência Social e disciplina o processo administrativo previdenciário no âmbito do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.** Diário Oficial da União. **11/08/2010.**

SAVARIS, José. A. O Processo de Reformas da Previdência Social Brasileira como Política de Retração do Sistema do WelfareState. **Revista de Previdência Social**, v. 328, p. 06-13, 2008.